



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150584 - MG (2021/0226228-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : FLÁVIO RONIVALDO HENRIQUE GOMES BORGES (PRESO)
ADVOGADO : LUIS CARLOS GRACINI JUNIOR - MG179558
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : THIAGO LACERDA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FLÁVIO RONIVALDO HENRIQUE GOMES BORGES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.20.584228-9/000).

O recorrente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 às penas de 5 anos de reclusão, no regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 500 dias-multa (e-STJ fl. 30). Essa condenação transitou em julgado.

Impetrou-se *habeas corpus* no Tribunal de origem, que não foi conhecido por entender que não pode ser utilizado o *writ* como revisão criminal (e-STJ fl. 89).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fl. 116).

Sustenta o recorrente que faz jus a regime menos gravoso, visto que a sua pena foi estabelecida no mínimo legal e que não houve fundamentação adequada.

Requer, liminarmente, a suspensão do processo de execução e a fixação do regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja fixado o regime intermediário para o cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.

GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.

INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma,

DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência